



Universidade de Brasília



i

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E

INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB

**TRANSTORNO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: O ATENDIMENTO
ESPECIALIZADO NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DA SALA DE
RECURSOS**

ALINE MARIA BATISTA

ORIENTADORA: PROFESSORA MS. VIVIANE FERNANDES F. PINTO

BRASÍLIA/2011

ALINE MARIA BATISTA

**TRANSTORNO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: O ATENDIMENTO
ESPECIALIZADO NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DA SALA DE
RECURSOS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO

ALINE MARIA BATISTA

TRANSTORNO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DA SALA DE RECURSOS

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 30/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

PROFESSORA MS. VIVIANE FERNANDES F. PINTO

PROFESSORA MS. RAQUEL GOMES PINTO(Examinador)

ALINE MARIA BATISTA (Cursista)

BRASÍLIA/2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os alunos com Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade, pois serão sempre fontes inspiradoras do meu trabalho. Também à minha filha Maria Luísa que compreendeu meus momentos de ausência no decorrer deste curso. Ao meu esposo, um mestre nato que luta a cada dia por uma educação que transforme. Por fim, a todos que direta ou indiretamente me apoiaram durante esse percurso em busca do saber.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de estar em contato com a educação e poder fazer algo positivo na vida de inúmeros alunos.

À minha orientadora que com paciência e competência nos orientou de maneira satisfatória, abrindo novos horizontes para que pudéssemos concluir com sucesso esse trabalho.

E a todos os professores de alunos de com TDAH para que acreditem no potencial que se esconde entre tantos impulsos desordenados.

RESUMO

Esse estudo concentrou-se nos aspectos relacionados aos processos de ensino e aprendizagem do aluno com o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Observa-se que este transtorno pode provocar no aluno desorganizações funcionais, mobilidade excessiva, baixa auto-estima, impulsividade, transtorno de conduta dentre outras questões sociais que atrapalham seu rendimento na sala de aula, contudo, verifica-se também que alguns tipos de acompanhamentos oferecidos por profissionais especializados podem colaborar para o desenvolvimento deste aluno. Neste sentido, foi realizado um estudo qualitativo com a proposta de identificar e analisar, na visão do professor de Sala de Recursos, o processo de inclusão do aluno com Transtorno Déficit de Atenção/Hiperatividade. Desse modo, essa pesquisa teve como objetivo colaborar para um melhor atendimento desse aluno no processo de inclusão escolar, levando em consideração que o atendimento educacional especializado feito em sala de recursos não contempla os TDAHs. Para realização do estudo utilizou-se como metodologia a aplicação de questionários abertos para professores que atuam na sala der recursos. Como resultados o estudo indica que, na visão dos professores de sala de recursos, os alunos com o transtorno de déficit de atenção/hiperatividade apresentam ganhos acadêmicos significativos quando acompanhados sistematicamente por profissionais especializados, ressaltam também a necessidade desse aluno de ter um atendimento com profissionais da área de saúde, bem como pedagogo, psicopedago, formando, assim, uma equipe para melhor atender essa demanda. Consideram que a falta de atendimento do aluno com o transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade pela sala de recursos é um ato inadmissível que dificulta o processo de inclusão e atendimento global, conforme se espera atualmente.

Palavras- chave: Inclusão, Sala de Recursos, TDAH.

SUMÁRIO

RESUMO

APRESENTAÇÃO.....	01
-------------------	----

I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Contextualização histórica do Ensino especial.....	03
1.2 Definindo o transtorno déficit de atenção com hiperatividade TDAH.....	06
2.2 TDAH X Escola.....	09
3.1 Sala de Recursos – Atendimento Educacional Especializado.....	12

II	–
OBJETIVOS.....	15

III – METODOLOGIA

3.1 Passo a passo para construção da pesquisa.....	16
3.2 Participantes da pesquisa.....	17
3.3 Contextos da pesquisa.....	18
3.4 Instrumentos e materiais.....	18
3.5 Processo de Análise de dados.....	18

IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	19
----------------------------------	----

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
-------------------------------	----

REFERÊNCIAS.....	28
------------------	----

APÊNDICES

ANEXOS

A- Carta de Apresentação – Escola (Modelo)

B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo).....	32
--	----

LISTA DE QUADROS, TABELAS OU GRÁFICOS**LISTA DE TABELAS**

TABELA 1- PERFIL DOS PARTICIPANTES.....19

TABELA 2- LEVANTAMENTO DE OPINIÕES.....22

APRESENTAÇÃO

A inclusão escolar vem ao longo do tempo sendo construída paralelamente com movimentos sociais mais amplos, que exigem mais espaços e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços (Mantoan, 2006). Compreender as diferenças individuais e coletivas é, sobretudo, entender as diferentes situações vividas no cotidiano escolar e fazer uma reflexão da realidade social. Isso envolve, necessariamente, entender os conceitos construídos acerca dos alunos que apresentam dificuldades. Neste sentido, a inclusão está associada a uma dimensão humana e sócio-cultural que enfatiza interações positivas, mostrando a possibilidade em apoiar alunos que precisam de uma orientação.

É verdade que o sistema educacional brasileiro avançou na democratização do acesso, ainda que se perceba uma grande lacuna entre garantir escola para todos e qualidade dessa mesma escola. A proposta de inclusão escolar discutida estabelece, nesses últimos anos debates, que a escola possa atender a todos, com qualidade. Sendo assim, a inclusão pode ser conceituada como "[...] o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas gerais, pessoas com necessidades especiais" (SASSAKI, 1997, p. 41). Observa-se, contudo, que se houve avanço no acesso, há de se avançar muito na educação de crianças com deficiências na escola comum.

Em caráter filosófico a inclusão é vista como uma imagem de uma escola em movimento, em constante transformação e construção, que se enriquece com as diferenças existentes. Para que esse processo se efetive e ocorra realmente na prática é preciso viabilizar diferentes dimensões deste mesmo processo: ideológica, sócio-culturais, políticas e econômica.

O direito da pessoa à educação é previsto pela legislação e política nacional de educação. Contudo, a educação para todos é um grande desafio necessário para atender as expectativas de democratização da educação.

Com a perspectiva da educação inclusiva, analisamos a questão da criança com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no contexto escolar. É comum encontrar leigos que se referem à criança com TDAH como criança malcriada ou mal educada. Por isso, é muito importante que os profissionais estejam preparados para desfazer esse mito. Devido às dificuldades enfrentadas por essas crianças na escola, esse aluno não deve ser impedido de ter um acompanhamento sistemático, como pode

ser observado na Resolução CNE/CEB 4/2009, onde especifica os públicos alvos a se beneficiarem do atendimento educacional especializado.

A hiperatividade é uma condição que senão tratada trás várias conseqüências, nesse caso o profissional da área de saúde mental e educação, além das famílias, devem ser informados sobre a existência para um acompanhamento adequado e eficaz. Logo, o serviço pedagógico desenvolvido no ambiente escolar, serve para auxiliar o professor e aluno no processo de desenvolvimento e aprendizagem, identificando assim as necessidades educacionais.

Existem serviços oferecidos, que ajudam a escola a definir e implementar respostas educativas a essas necessidades, onde desenvolvem estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas e um desses serviço é a sala de recursos, no qual o professor especializado realiza essa complementação ou suplementação curricular, ou um profissional que de alguma forma tenha o mínimo de apoio para que seu aprendizado seja satisfatório, evitando assim reprovações, evasão ou qualquer outro tipo de prejuízo acadêmico desse aluno.

Neste sentido, o objetivo deste atendimento deve ser o de favorecer o seu aprendizado, já que o transtorno provoca neste aluno desorganizações funcionais, mobilidade excessiva, baixa auto-estima, impulsividade, transtorno de conduta dentre outras questões sociais que podem ser melhoradas com o uso de medicamentos bem como outros tipos de acompanhamentos oferecidos por um profissional especializado (CASTRO, NASCIMENTO, 2009).

Com base nas discussões que orientam a inclusão escolar e o atendimento ao aluno com TDAH, pretendeu-se realizar um estudo para compreender com se dá o atendimento especializado a esses alunos. Assim, o estudo foi realizado com o objetivo de identificar e analisar, na visão do professor de Sala de Recursos, como se dá o processo de inclusão do aluno com Transtorno Déficit de Atenção/Hiperatividade. Nesse sentido, foi possível mapear as vantagens e desvantagens existentes na utilização da Sala de Recursos para alunos com esse tipo de transtorno. Participaram do estudo 14 professores que atuam em salas de recursos na rede pública do Distrito Federal em duas regionais distintas: Gama e Santa Maria. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se a aplicação de questionários abertos. Como resultados o estudo aponta que, apesar da necessidade de atendimento especializado aos alunos com com TDAH, ainda

há muita desinformação sobre o assunto que continua sendo tratado de forma subjetiva e sem relevância em um ambiente escolar.

Para apresentação do estudo este trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro faz-se uma revisão da literatura a respeito da Inclusão Escolar e ele está subdividido em três seções: contextualização histórica do ensino especial, TDAH x escola e sala de recursos e o atendimento educacional especializado. No segundo capítulo apresenta-se a metodologia utilizada na pesquisa. No terceiro capítulo apresentamos os resultados e sua discussão e finalizamos o trabalho com as considerações finais e referências bibliográficas utilizadas no estudo.

I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

"Viver e não ter a vergonha de ser feliz. Cantar e cantar e cantar a beleza de ser um eterno aprendiz..." "O que é o que é"
(Gonzaguinha)

1.1-Contextualização histórica do Ensino Especial

Fazendo um apanhado histórico da educação especial, podemos observar que há décadas existe uma preocupação em relação ao direito da pessoa com deficiência. A Educação Especial no Brasil sofreu várias reformas legislativas e políticas com o passar dos anos. Ao longo deste período, tem-se observado no que se refere à inclusão social de pessoas com deficiência, avanços importantes como a implantação de rampas, sanitários adaptados, transportes com elevadores, instrutores nos metrô, vagas em estacionamento, tecnologias assistivas, dentre outros. Porém, é importante salientar, que ainda há muito a se fazer. Muitos cidadãos ainda não entenderam que a inclusão é mais que o cumprimento de leis, é uma questão política. Neste sentido, o deficiente não necessita de "favor", mas de respeito.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura o direito de todos à educação pública e gratuita. Assinada em 1948, se torna um dos documentos básicos das Nações Unidas. Depois disso, foram assinados pactos e protocolos internacionais após 1948, que procuraram garantir e reconhecer a necessidade de criação de serviços de educação especial. No Brasil, a educação especial é legalmente reconhecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024/61, com a recomendação expressa de integrar, no sistema de ensino, a educação de excepcionais. Para Carvalho (2000), o conteúdo dessa lei focalizava o homem de conhecimentos generalistas. O artigo 88 dessa lei descreve que a educação de excepcionais deve, na medida do possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, com o objetivo de integrá-los na comunidade e o artigo 89, relata que toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos um tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções.

Ainda no que se refere à legislação, existem acordos e tratados importantes quando se fala em inclusão de pessoas com deficiência. Entre eles destacam-se:

- A Declaração de Jomtien, aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, em 09 de março de 1990.
- Declaração de Salamanca, no ano de 1994, que propõe a concepção de educação para todos e o respeito às diferenças.
- Convenção de Guatemala, de 28 de maio de 1999, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.
- Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão, aprovada pelo Congresso Internacional “Sociedade Inclusiva” em Quebec- Canadá, em 05 de junho de 2001.
- Convenção da ONU, no ano de 2006, estabelece que os Estados deve assegurar um sistema de educação inclusiva em todas as etapas e modalidades de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena.

A preocupação com as questões inclusivas vem sendo construída há décadas e toma espaços cada vez mais significativos. Porém, há muito a fazer para que os assuntos discutidos se concretizem em benefícios cada vez mais palpáveis e que venham efetivar a “independência” dessas pessoas que precisam apenas de meios que facilitem suas ações. Isso intensifica a necessidade do cumprimento desses acordos.

A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 208, descreve que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Contudo, o que se observa é que para as pessoas com deficiência, esse acesso é possível, a permanência é possível, mas o prosseguimento dos estudos muitas vezes não é garantido, o que implica em um processo de marginalização.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) considera em seu Art. 5º que nenhuma criança ou adolescente poderá ser negligenciado, discriminado, explorado, sofrer qualquer tipo de violência, crueldade ou opressão. O Art. 53 descreve que eles têm direito à educação, visando seu pleno desenvolvimento, sendo preparados para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. O Art. 54 cita que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria e ainda, atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em âmbito local (Distrito Federal), a rede de ensino também conta com uma série de documentos que procuram regular o atendimento às pessoas com deficiência. Entre eles, destacam-se a Lei Orgânica do Distrito Federal, pelas Leis Distritais nº 2.698/2001, nº 3.218/2003 e Resolução nº 011/2005, do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF). O Poder Público garante atendimento, em creches comuns, às crianças portadoras de deficiência, oferecendo recursos e atendimentos especializados de educação e reabilitação, de acordo com o artigo 228, através da Lei Orgânica do Distrito Federal. Para o poder Público é necessário assegurar a especialização de profissionais do magistério para a pré-escola e para as quatro primeiras séries do ensino fundamental, inclui a formação de docentes para atuar na educação de portadores de deficiência e superdotados, na forma da lei, conforme o artigo 229 (DISTRITO FEDERAL, 1993). O Decreto nº 22.912/2002, que regulamenta a Lei nº 2.698/2001, dispõe sobre o atendimento educacional especializado aos alunos matriculados em estabelecimentos públicos e particulares da rede de ensino, em classes comuns ou especiais, a partir da Educação Infantil, após avaliação psicopedagógica que evidencie essa necessidade (DISTRITO FEDERAL, 2006).

A generalização da inclusão nas escolas da Rede Pública e dos serviços de apoio é respaldada na Resolução nº 011/2005 do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) e na legislação local, conforme a Lei nº 3.218/2003. Assim, a estrutura curricular para programas de educação para crianças com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou em situação de risco, inclui uma proposta de mediar à aprendizagem, com propostas de experiências de forma criativa, através de leis que assegurem o desenvolvimento pleno e eficaz da criança.

1.2 Definindo o Transtorno Déficit de Atenção com Hiperatividade - TDAH-

"Numa folha qualquer eu desenho um sol Amarelo. E com cinco ou seis restas é fácil fazer um castelo. Corro o lápis entorno da mão e me dou uma luva, E se faço chover com dois riscos tenho um guarda chuva. Se um pinginho de tinta cai num pedacinho azul do papel, num instante imagino uma linda gaivota voar no céu. Vai voando contornando a imensa curva Norte e Sul. Vou com ela viajando Havaí, Pequim ou Istambul."

(Toquinho, Vinícius de Moraes, G. Morra e M. Fabrizio)

O Transtorno Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um tema que vem sendo amplamente debatido e divulgado pela ABDA (Associação Brasileira do Déficit de Atenção), bem como por outros estudiosos no assunto para pais, professores e pessoas leigas no assunto. Segundo a literatura médica, as primeiras informações em relação à nomenclatura sobre o transtorno aconteceu em meados do século XIX. Ao longo do tempo, essa nomenclatura vem sofrendo alterações contínuas e sua designação, a partir da década de 40, ficou conhecida como “lesão cerebral mínima”. Em 1962, ficou conhecida com o nome de “disfunção cerebral mínima”, reconhecendo-se que as alterações características da síndrome estavam relacionadas com as disfunções em vias nervosas (ROHDE, 2003). Somente no início do século XX começou-se a descrever o quadro clínico de uma maneira mais sistemática. (PETRY, 1999).

O sistema classificatório moderno de psiquiatria, CID-10² e DSM-IV³ apresentam mais similaridades do que diferenças nas diretrizes diagnósticas para o transtorno, embora utilizem nomenclaturas diferentes (Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade – DSM IV e Transtornos hipercinéticos na CID- 10) (ROHDE, 2003).

É possível considerar o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) como um problema bastante comum que se caracteriza por uma dificuldade de manter a atenção, uma inquietude acentuada e um grau elevado de impulsividade. Pode ser conhecido também como DDA (distúrbio de déficit de atenção). O transtorno começa desde criança tem a possibilidade de acompanhar o indivíduo também na vida adulta, porém nessa faixa etária os sintomas são considerados mais leves se comparados

aos da criança. O TDAH relaciona a combinação de dois sintomas como à desatenção e a Hiperatividade, impulsividade mais comum em meninos do que em meninas. Nos adultos, podem ocorrer problemas relativos à atenção em relação às coisas do cotidiano e do trabalho.

Estudos enfatizam um novo cientificismo a ser delineado a partir da psiquiatria, para Birmam (1999), começou a ser delineado a partir da psiquiatria biológica e da neurobiologia, nas décadas de 1980 e 1990. O cognitivismo que se iniciou na década de 1950 enfatizou que o mental e neural seriam duas faces de um mesmo fenômeno e que os quadros psicopatológicos estariam ligados ao funcionamento da cognição, mostram que indivíduos com TDAH têm alterações na região frontal e as suas conexões com o resto do cérebro. (ROUDINESCO, 2000). De acordo com alguns especialistas na área, o que parece estar alterado nesta região cerebral é o funcionamento de um sistema de substâncias químicas chamadas neurotransmissoras (principalmente dopamina e noradrenalina), que passam informação entre as células nervosas (neurônios). Existem causas que foram investigadas para estas alterações nos neurotransmissores da região frontal e suas conexões (ROUDINESCO, 2000).

Os sintomas do TDAH podem causar diversos problemas, se não tratados e acompanhados. Esse transtorno pode vir a se apresentar em crianças, adolescentes e adultos e os sintomas e características se repetem em todas as faixas etárias, variando em intensidade. Vale lembrar que o meio em que se insere pode favorecer ou desfavorecer a intensidade dos sintomas nos indivíduos. Os sintomas e características podem ser percebidos desde muito cedo por todos que convivem com os referidos, geralmente antes dos seis anos de idade (BROWN, 2008).

Quando descoberto na fase pré- escolar é bem mais fácil de ser trabalhado trazendo menos prejuízos na vida futura destes indivíduos (WAJNSZTEJN, 2002). Até o momento que esse indivíduo não cause nenhum desconforto, nenhum dano, não necessita cumprir determinadas regras, obedecer a limites está tudo bem, porém quando isso acontece começam os problemas, pois os TDAH aparentam demonstrar aversão por limites normas e regras (SILVA, 2009). Isso porque ele não consegue manter-se quieto, calado e concentrado por muito tempo. Essa problemática toda se inicia de fato e, principalmente, no início da fase pré-escolar, onde esses indivíduos começam a ter que

seguir determinados padrões dentro da sala de aula. Por essa razão quanto mais cedo à descoberta, mais fácil se torna os desafios enfrentados por esse indivíduo, por que quando a criança é medicada e acompanhada por profissionais especializados os sintomas são consideravelmente amenizados causando menos traumas, fazendo com que essa criança assuma posturas que o auto-afirme na sociedade em que se insere (CASTRO E NASCIMENTO, 2009).

Quem tem esse transtorno pode apresentar *comorbidades*. Essa denominação é usada para determinar outro problema que o TDAH pode apresentar e que esteja associado ao transtorno, aparecem tendências a outros transtornos de onde outros fatores químicos manifestados nesta fase propiciam ainda mais essa pré-disposição (MATTOS, 2010).

Os problemas frequentemente enfrentados pelo hiperativo estão ligados à impulsividade e à falta de concentração, porém outro aspecto que merece destaque no que se refere ao TDAH é a variação de humor o que reflete diretamente nas relações afetivas estabelecidas pela pessoa com TDAH. Outros fatores importantes a serem levados em consideração é que essas pessoas tem uma favorável pré-disposição a ter períodos depressivos, baixa auto-estima, falta de autoconfiança (MATTOS, 2010).

Segundo Mattos (2001), o distúrbio de hiperatividade e déficit de atenção, se pensava, atingir apenas as crianças, pois acreditava-se que os sintomas desapareciam com a idade. O diagnóstico do TDAH é feito por especialistas devidamente habilitados no assunto, como os psiquiatras e neuropediatras no caso de crianças e neurologista no caso de adolescentes e adultos. Cada vez mais adultos recebem esse diagnóstico nos consultórios.

A respeito da medicação voltada para crianças com TDAH, Furmam, (2008) afirma que essa é uma medicação controlada na qual as contra-indicações ficam bem à margem do benefício que ela promove. A medicação pode ser usada por todos os pacientes das variadas faixas de idade, o que modificará será a dosagem para cada pessoa e suas necessidades. O uso da medicação como meio de tratamento ainda é a melhor alternativa seja em crianças, adolescentes ou adultos pela sua notável eficácia na moderação dos sintomas apresentados, havendo melhoras significativas. A insistência no uso da medicação está no fato dela ser um estimulante que agirá na regulação dos

neurotransmissores, dopamina e noradrenalina que parecem não executarem suas funções adequadamente no caso dos TDAH, que é transmitir as mensagens ligadas à concentração bem como dos impulsos físicos, havendo assim uma descompensação, onde o portador não tem controle dessas funções adequadamente chegando ao ponto de afetarem suas vidas de diversas maneiras. (FURMAM, 2008).

Para tratamento do TDAH, os estimulantes mais conhecidos são os derivados anfetamínicos e o metilfenidato. Como dito anteriormente sobre sua eficácia, são dados que em 70% de crianças e adolescentes diminuem os principais sintomas do TDAH como a desatenção, hiperatividade e impulsividade, o que repercute também em adultos. Essa medicação pode ter curta duração, sendo conhecido como Ritalina e a de liberação prolongada conhecida como Concerta e Ritalina LA (ROHDE & GREVET, 2005).

Especialistas e pesquisadores também sugerem como ponto positivo no tratamento com os TDAHs o esclarecimento do transtorno ao indivíduo, pois isso poderá favorecer no sentido de se policiar quanto aos impulsos, mecanismos que favoreça a concentração dentre vários fatores que podem diminuir os efeitos dos sintomas manifestados nos TDAH. Outro ponto que pode ser trabalhado com o TDAH é a importância do uso da medicação, seus benefícios e como se posicionar como portador do TDAH na sociedade. Podendo ser trabalhado de acordo com a maturidade da criança e seu nível de entendimento.

O tratamento psiquiátrico psicológico como meio de complemento também pode ser algo positivo em alguns casos onde o TDAH está associado a outros problemas emocionais como depressão, ansiedade, transtorno bipolar, transtorno de conduta, transtorno obsessivo-compulsivo, transtorno opositivo-desafiador, dentre outros e que o indivíduo muitas vezes se nega a se submeter por uma questão preconceituosa, sendo importante a atuação de quem está próximo para esclarecer a necessidade e atuação do psiquiatra ou psicólogo, para o benefício desse indivíduo (ARAÚJO, 2002).

Décadas atrás falava-se que fatores gestacionais, uso de drogas e álcool, comidas, eram responsáveis para a apresentação do TDAH nas crianças, bem como acreditava-se também que os sintomas desapareciam a partir da adolescência. Todos esses mitos foram esclarecidos através de pesquisas e estudos que descartaram essas até

então verdades considerando, portanto que a causa mais relevante atualmente do TDAH está ligada as questões genéticas, sendo que a incidência desse transtorno em cerca de 60 a 90% dos considerados TDAH é hereditário onde um dos pais podem também apresentar o transtorno. (SILVA, 2009).

2.2 – TDAH x Escola

"Quando nasci veio um anjo safado, o chato de um querubim. E decretou que eu tava predestinado a ser errado assim. Já de saída a minha estrada entortou, mas vou até o fim." "Até o Fim" (Chico Buarque)

Como em todos os lugares em que o aluno com TDAH passa ele é logo percebido. Na escola acredita-se que isso também é algo corriqueiro, pois seu comportamento hiperativo, impulsivo, desatento provoca certos desconfortos dentro de uma sala de aula tanto para os professores, bem como para os colegas de classe. As regras, limites e normas que são impostas pela escola para uma criança dita como um hiperativo é bastante complicado, tendo em vista que o transtorno dele é justamente a ineficiência do cérebro mandar comandos para que naquele momento ele fique quieto, calado e concentrado (SILVA, 2009).

A maior parte das crianças têm grandes dificuldades em se adaptar à escola. Para uma criança hiperativa essa dificuldade pode ficar mais acentuada, visto que, até sua entrada na escola, é notada por causa de suas travessuras, é impossível que essa criança devido ao mundo que ela mesma cria em sua imaginação possa cumprir as regras. Muitos até sem limites, pois os pais dos hiperativos muitas vezes não conseguem ter total ou qualquer domínio da criança devido ao alto grau de agitação dentre outros fatores. (CASTRO e NASCIMETO, 2009). Portanto, pais e professores devem ler se informar ao máximo sobre o que é o transtorno, os sintomas as causas e estudos atuais para que melhor possa trabalhar com esses indivíduos que muitas vezes são mal interpretados pelo simples e complexo fato de não ter domínio satisfatório ou nenhum de suas ações e reações em diversos momentos de suas vidas. Enfatiza Brown (2008):

Muitas pessoas com TDAH têm poucos problemas de comportamento. Os sintomas de desatenção crônica causam problemas graves e duradouros para o aprendizado e os relacionamentos nas pessoas com TDAH (p. 54).

A importância de conhecer sobre o TDAH está ligada ao fato de o professor ter artifícios e estratégias eficazes para lidar com determinadas situações em que geralmente esses indivíduos se envolvem no cotidiano escolar. Essas estratégias e artifícios poderão evitar a desmotivação, a frustração, à baixa auto-estima dentre outros elementos negativos que geralmente acompanham esses indivíduos na medida em que ao invés de puni-lo o professor sugerir a maneira correta de ele agir e quando necessário ele seja premiado reforçando assim o aspecto positivo (CASTRO e NASCIMENTO, 2009).

Muitas outras ações podem ser importantes para que o TDAH reaja de maneira menos danosa causando menos frustrações, melhorando sua auto-estima enfim, fazendo com que esse aluno sinta que os professores são seus aliados e não seus algozes. Talvez por essa razão, é que em algumas disciplinas o aluno não provoque nenhum desconforto ao professor, pois ele já sabe como lidar com esse aluno sem denegri-lo, muito pelo contrário ele está sempre evidenciando suas “pequenas” conquistas (Silva, 2008). Não só o professor, mas a escola como um todo precisa ser conhecedora, das necessidades que norteiam seus alunos sejam eles com necessidades especiais ou não. Quando isso acontece tanto o TDAH quanto os demais alunos se beneficiam, pois as particularidades de uns podem ser de outro por tabela com isso toda a escola ganha. Um exemplo prático é quando um professor de matemática faz uma adequação curricular para ensinar um aluno com TDAH à tabuada. Para prender a atenção desse aluno ele usará jogos. Imagina que todos os alunos também vão querer jogar, pois sabemos que o jogo é reconhecido como mecanismo que pode e deve ser usado no processo ensino aprendizagem funcionando de forma lúdica.

Segundo Silva (2009), o aluno com TDAH geralmente repete pelo menos uma vez uma série no decorrer de sua vida acadêmica, essa realidade é bem corriqueira na vida dos alunos em geral, porém para um aluno com TDAH isso pode ser motivo crucial para sua regressão acadêmica, evasão e baixa auto-estima.

Para Brown (2008), outros ajustes na escola também podem beneficiar o aluno com TDAH, sendo eles a extensão do tempo de execução de exames e testes, pois é

lento seu processamento cognitivo tendo estas dificuldades de finalizar a tarefa no tempo determinado, isso pode ter como consequência notas baixas, pois não finalizam as tarefas não por não saber, mas por precisam de um tempo maior e que seja acompanhado de perto etapa por etapa, neste caso releitura dos comandos das atividades propostas, deve ser enfatizada o quanto necessárias. A redução dos deveres de casa também favorecerá bastante a concretização de suas tarefas, a realização de exames serem feitos em lugares mais reservados favorecendo sua concentração, por fim algo que trás benefícios bastante significativos para os TDAHs são os *feedbacks* com os pais através de relatórios podendo ser usadas agendas, onde o professor poderá colocar o andamento diário do aluno e os pais podem com isso reforçar as ações dos professores para o progresso do aluno, ressalta Brown (2008).

A integração da escola, em procurar educar todos os alunos em salas de aula regulares, isso significa inserir o aluno um processo inclusivo onde permiti que a educação chegue até ele, oferecendo novas oportunidades e desafios que sejam adequadas as suas habilidades e necessidades. Assim, o reconhecimento da escola acontece de forma inclusiva, pois a aceitação das diferenças individuais é trabalhada na própria escola de forma aberta fazendo parte da rotina dos alunos. Sobre a escola inclusiva STAIMBACK (1999) afirma: “Ela é um lugar do qual todos fazem parte, em que todos são aceitos, onde todos ajudam e são ajudados por seus colegas e por outros membros da comunidade escolar, para que as suas necessidades educacionais sejam satisfeitas.” (página)

3.1- Sala de Recursos- Atendimento Educacional Especializado

O atendimento educacional especializado realizado em sala de recursos é definido pela CNE/ CEB, 2001, como um serviço de ordem pedagógica norteado por professores especializados que suplementa e ou complementa as orientações curriculares desenvolvidas em classes comuns, sendo este oferecido em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. No que se refere à complementar quer dizer que o apoio vem ao encontro às necessidades de alunos com deficiências e transtorno global do desenvolvimento- TGD e o suplementar contemplam especificadamente os alunos classificados com altas habilidades/ superdotação. (SEDF, 2010)

O atendimento deve ser dado prioritariamente no contra turno, por ser um atendimento de caráter complementar e suplementar, deve ser realizado não própria escola que o aluno estuda ou em instituições que são pólos de determinados atendimentos, tendo o professor especializado à função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade para que os obstáculos apresentados pelo aluno sejam sanados para que o mesmo participe de forma efetiva do processo ensino aprendizagem. As atividades realizadas em sala de recursos devem diferir das ministradas em sala de aula, não substituído o que é por ela oferecido (MEC, 2010).

Especificadamente na Secretaria de Educação do Distrito Federal, as Salas de recursos estão organizadas de duas formas: Sala de recursos Generalista e Salas de recursos Específicas. Sendo que nas salas de recursos generalistas são atendidos os alunos com deficiência física, deficiência mental, deficiências múltiplas e transtorno global do desenvolvimento. As salas de recursos específicas estão divididas em três sendo: sala de recursos para deficientes auditivos, sala de recursos para deficientes visuais e sala de recursos para alunos com altas habilidades/ superdotação. (MEC/SEESP, 2008).

As atribuições dos professores de Sala de recursos são bem definidas o que não os impedem de serem flexíveis no que convier ao seu atendimento. Na Orientação Pedagógica da Secretaria de Educação do Distrito Federal de 2010, são esclarecidas as atribuições da Sala de recursos, sendo assim essa atuação abrange de forma direta e indiretamente o aluno indo ao encontro as suas necessidades, ou seja, ele atuará como docente nas atividades de complementação das atividades usando estratégias que favoreçam o seu aprendizado tem o papel de incluí-lo em todo contexto escolar, participa do processo avaliativo do aluno, prepara material para uso do aluno tanto em sala comum quanto para o uso em sala de recursos, bem como auxilia na preparação de material didático- pedagógicas, deve participa da adequação curricular desse aluno de forma ativa, se responsabilizando junto com o professor de classe comum da realização das adequações firmadas.

Nos aspectos sociais os professores de sala de recursos devem atuar como promotores da interação do aluno com a comunidade escolar, de forma a fortalecer a autonomia dos estudantes a fim de levá-lo a decidir, opinar, escolher tomar iniciativas;

realizar atividades que estimulem o desenvolvimento dos processos mentais, atenção, percepção, memória, raciocínio, imaginação, criatividade, linguagem, dentre outros; ele também tem como atribuição orientar as famílias para o seu envolvimento e sua participação no processo educacional, informar acerca das leis e das normas educacionais que asseguram o processo de inclusão, propiciar a interação dos estudantes em ambientes sociais, valorizando as diferenças e a não discriminação. Sendo estas as atribuições da sala de recursos e, tendo em vista que o indivíduo precisa ser necessariamente classificado como deficiente físico (DF) deficiente intelectual (DI) e/ou alunos com transtorno global do desenvolvimento (TGD), para fazer parte desse programa, esse ato deixa brechas para que o atendimento passe de um programa inclusivo para um programa segregador, pois quando se analisam as atribuições da sala de recursos observam vários itens que contemplam as necessidades dos alunos com TDAH.

Castro e Nascimento (2008) realizaram uma pesquisa na rede estadual de São Paulo, onde foi observado um aluno durante um ano, o qual participou do atendimento em sala de recursos, o aluno começou a frequentar a sala de recursos mais ou menos após o primeiro bimestre onde teve diversas dificuldades, tanto com a professora de sala de aula bem como com seus colegas de classe que já havia rotulado a criança de vários apelidos indesejados aos qual o determinado menino também respondia agressivamente. Inicialmente foi feita a mudança de turno como adequação, o que já o favoreceu e também de professora a qual já havia uma apatia em se tratando do aluno. Isso foi bastante positivo, pois relatam que sua auto estima melhorou muito após esta mudança dentre outros comportamentos agressivos que ele demonstrava. Enfim chegou ao fim do ano com notas razoáveis, ficando para recuperação em apenas uma disciplina. A intervenção feita foi devido aos vários problemas que o aluno causava para a escola, portanto com o seguimento do atendimento em sala de recursos o profissional conseguiu envolver a família, o professor e toda a escola na necessidade do aluno o que só houve benefícios para todos. Fica claro que o rumo de um aluno a beira de uma evasão, reprovação pode ser mudado quando se coloca em prática a inclusão de fato. Essa é uma pequena amostra das várias atitudes que podem ser praticadas em uma sala de recursos em favor de atender a necessidade especial de um aluno.

Com base nesta discussão, verifica-se a necessidade de que os alunos diagnosticados com TDAH sejam inseridos em programas, atendimentos e outros

projetos que possam surgir para que sejam de alguma forma apoiados, pois em vários casos as condições financeiras dos familiares não favorecem um atendimento particular adequado nem mesmo a rede de saúde pública. Levando esses alunos a acrescentar os números de repetência e evasão no país, já que a maioria dos alunos com o transtorno reprova pelo menos uma vez na sua vida escolar. (Castro e Nascimento, 2009). Bem como contribuir para que seus fracassos sejam cada vez mais enaltecidos ao invés de mudar a sua história. A escola ainda é o meio crucial de educação.

II – OBJETIVOS

Objetivo Geral

Identificar e analisar, na visão do professor de Sala de Recursos, o processo de inclusão do aluno com Transtorno Déficit de Atenção/Hiperatividade.

Objetivos Específicos

- Mapear o perfil dos professores que atuam na sala de recursos;
- Reconhecer como acontece a inclusão de alunos com Transtorno do Déficit de Atenção/ Hiperatividade;
- Investigar possíveis perspectivas de atendimento educacional especializado aos alunos com o Transtorno do Déficit de Atenção/ Hiperatividade.

III- METODOLOGIA

Este estudo foi realizado no contexto da coordenação pedagógica dos professores das salas de recursos, vinculados à Secretaria de Educação do Distrito Federal. Os participantes do estudo trabalham vinculados às Regionais de Santa Maria e Gama. Durante o processo de desenvolvimento da pesquisa, procurou-se compreender como o professor de sala de recursos enxerga o processo de inclusão do aluno com Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade no contexto educacional e como avalia o atendimento desses alunos na sala de recursos.

Refletindo-se sobre o processo de desenvolvimento da pesquisa, observa-se que esta se constitui em um elemento de grande importância para se aprender e analisar as condições e as circunstâncias em que se dá o atendimento educacional especializado em sala de recursos, bem como a função da sala de recursos na escola. Segundo Lüdke e André (1986) a pesquisa qualitativa terá “o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. (p.11). Essa característica permite que o trabalho seja enriquecido pelos possíveis detalhes que serão colhidos no momento de sua análise. É importante destacar que neste tipo de abordagem, como esclarece Triviños (1987), “os pesquisadores estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e produto”. (p.129)

Para desenvolvimento deste estudo, utilizou-se como instrumento de pesquisa um questionário aberto no qual os participantes podiam se expressar livremente acerca das perguntas feitas. Os instrumentos funcionam como indicadores que adquirem significado pela interpretação do pesquisador, ou seja, seu significado não é acessível de forma direta ele se concretiza a partir do olhar do pesquisador de maneira indireta (González Rey 2005),.

3.1 PASSO A PASSO PARA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Com base nas discussões que embasam a realização de estudos qualitativos, foi desenvolvida uma pesquisa por meio da aplicação de questionários abertos para professores que atuam em salas de recursos na rede pública do Distrito Federal. Para

realização do estudo primeiro foi feito um contato com os professores de que atuam em sala de recursos informalmente onde foi exposta a possibilidade de se fazer esta pesquisa com os demais tendo resultado positivo. Foi sugerido então que a pesquisa fosse realizada em uma das condenações semanais e em alguns casos não foi possível realizar desta maneira onde o contato com o participante foi individualmente devido à disponibilidade dos mesmos. No momento da aplicação do questionário foi fornecido também um termo de consentimento livre e esclarecido o qual foi assinado pelo participante.

Neste sentido, a pesquisa foi realizada com o objetivo de colaborar para um melhor entendimento do processo de inclusão escolar de alunos com necessidades educativas especiais na rede pública do Distrito Federal. Foi solicitado a um grupo de professores de regiões administrativas diferentes, cada uma com sua realidade atual, a colaboração para o estudo respondendo um questionário aberto. O instrumento, utilizado na construção deste trabalho, continha perguntas subjetivas, onde os sujeitos participantes tiveram que se manifestar com respostas especificadas para cada uma das questões agrupadas por blocos temáticos. Sendo assim foi feita a aplicação dos questionários para os professores que desenvolvem seus trabalhos na sala de recursos. Foram selecionadas duas equipes de professores cada com sete componentes, conforme será relatado a seguir.

3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Participaram do estudo 14 professores de Sala de Recursos do Ensino Fundamental – séries finais da Secretaria de Educação do DF. Os professores participantes possuem entre 33 e 50 anos de idade, sendo dois homens e doze mulheres. Todos têm formação em nível superior e um deles é pós-graduado. Todos possuem cursos na área de Ensino Especial e a grande maioria possuía experiência no Ensino Especial antes de assumir a sala de recursos. O grupo de professores procuram promover de forma interativa e inclusiva o aluno com deficiência no meio do ensino regular, buscam aspectos satisfatório para estar trabalhando no desenvolvimento cognitivo e intelectual do aluno, para que o mesmo possa desempenhar suas atividades de forma contínua e sem restrições. A grande maioria tem como objetivo de sempre buscar novas informações para melhor inclusão do aluno e sua capacitação na educação

especial, colocam que é de extrema importância, pois como mediador utilizam instrumentos que enriquecem suas atividades diárias de forma eficaz para o processo de ensino e aprendizagem. O grupo é bastante diversificado com conhecimentos variados, gostam de se comunicar, trocar idéias, resolver situações cotidianas juntos, pois acreditam que vários pontos de vista, ajudam mais no crescimento individual do aluno.

3.3 CONTEXTOS DE PESQUISA

Foi mapeado o perfil dos professores atuantes na sala de recursos, utilizando como contexto a coordenação pedagógica dos professores, pois o grupo formado por sete professores cada trabalha em escolas do Distrito Federal situadas em localidades diferentes, sendo ambas vinculadas a Secretaria de Educação do Distrito Federal. Sendo que a pesquisa tem como objetivo descrever a forma que esses alunos recebem atendimentos na sala de recursos, como processo de inclusão escolar.

3.4 INSTRUMENTOS E MATERIAIS

Conforme já relatado, o instrumento utilizado na construção deste trabalho foi um questionário contendo perguntas subjetivas, onde os sujeitos participantes tiveram que se manifestar com respostas específicas para cada uma das questões.

O questionário aberto foi composto por vinte e duas questões, com o objetivo de identificar a percepção dos professores de sala de recursos sobre as leis vigentes que deixam de fora do seu atendimento alunos com TDAH, identificar quais as considerações que o professor de sala de recursos acredita ser relevantes para que o aluno com o TDAH tenha um atendimento que lhe favoreça nesta estada na escola.

3.5 PROCESSOS DE ANÁLISE DOS DADOS

No bloco um foi analisado o perfil do professor de sala de recursos. No bloco dois foram investigadas as condições de trabalho oferecidas pela rede de educação. No bloco três foi analisado o público atendido pela sala de recursos. Finalizam-se as análises com o quarto bloco, que abordou a questão legal do atendimento.

IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO

"Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem; Lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize".

Boaventura de Souza Santos

Neste capítulo serão apresentados os dados oriundos desta pesquisa. Para esta apresentação, as questões do questionário foram classificadas em quatro blocos, a saber:

- No bloco 01 o perfil do professor de sala de recursos;
- No bloco 02 as condições de trabalho oferecidas pela rede de educação.
- No bloco 03 o público atendido pela sala de recursos.
- No bloco 4 a questão legal do atendimento ao aluno com TDAH na sala de recursos.

Conforme abordado no capítulo dedicado à metodologia, o questionário foi preparado no intuito de investigar a atuação do professor na sala de recursos e para avaliar sua visão da estrutura do atendimento que é oferecido, como forma de integração e socialização do aluno com o ambiente em que está inserido.

BLOCO 01 – PERFIL DOS PARTICIPANTES

CARACTERÍSTICAS DO GRUPO DE PROFISSIONAIS				
IDADE	SEXO	FORMAÇÃO COMPLETA	CURSO DE FORMAÇÃO NA ÁREA DE E.E	EXPERIÊNCIAS NO ENSINO ESPECIAL
33	F	SIM-Letras	Sim	Sim
35	M	SIM-Matemática /Química	Sim	Sim
36	F	SIM- matemática	Sim	Não
37	F	SIM- Especialista	Sim	Sim
37	F	SIM- Química	Sim	Sim
38	F	SIM- Língua Portuguesa	Sim	Sim
38	F	SIM- Letras	Sim	Sim
42	F	SIM-Matemática	Não	Sim
47	F	SIM-Letras	Sim	Sim
47	F	SIM- Pós- graduação	Sim	Sim
48	F	SIM- Matemática	Sim	Não
48	F	SIM- Letras	Sim	Sim
49	F	SIM- Letras/ Pedagogia	Não	Começando.
50	M	SIM- Matemática	Sim	Sim

Tabela1 – Perfil dos participantes

Na tabela 1(características de formação do grupo docente) podemos nos referir ao perfil dos profissionais que atuam em sala de recursos. Diante das questões propostas podemos avaliar que o profissional que atua em sala de recursos tem entre 33 a 50 anos de idade sendo na maioria do sexo feminino, onde o tempo de atuação em sala de recursos é de seis meses a 12 anos de trabalho.

Todos passaram por algum curso ou especialização na área de ensino especial. A maioria dos pesquisados alegaram que os profissionais estão devidamente qualificados, desde que tenham apoio e suporte. A formação continuada é uma forma de melhorar a qualidade do ensino, no contexto educacional contemporâneo (NÓVOA 1991, FREIRE 1991 E MELLO 1994). Para FREIRE, 1991:58, "Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática". Logo, examinando sobre o perfil em relação ao tipo de profissionais que apóiam e trabalham na sala de recursos, todos apresentam uma qualificação não só através de curso, mais também de experiência com o ensino especial.

Os alunos com necessidades de apoio de tipo extenso e generalizado, a encontra através da sala de recursos. Os aspectos destacados em relação ao apoio que a criança recebe para as atividades não só escolar mais também da vida, enfatizam a eficácia de um acompanhamento adequado a ser realizado por profissionais da área de educação entre outros grupos existentes. Logo o objetivo permanente de desfrutar da qualidade de vida que é comum as demais pessoas do ambiente escolar como familiar, implica que toda pessoa pode viver uma vida plena em sociedade.

Recursos e estratégias que promovem os interesses e as metas das pessoas com e sem deficiências, que lhes possibilitam o acesso a recursos, informações e relações próprias de ambientes de trabalho e de moradia integrados, e que dão lugar a um aumento de sua independência/interdependência, produtividade, integração comunitária e satisfação (Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, 1997).

Com relação às condições de trabalho dos profissionais, foi verificado que 50% dos professores pesquisados indicam que as condições de trabalho são boas e que a escola como um todo colabora para o andamento do trabalho. Os demais alegaram que o espaço físico é inadequado, pois se a demanda for aumentada não terá como atendê-los no espaço atual. Quanto à comunidade escolar, os professores pesquisados afirmar

que estes se colocam, sempre que possível, como colaboradores para o andamento do trabalho proposto.

Denari (1984) apresenta a sala de recursos de forma similar a uma “sala de auxílio ou sala de reforço”. Sua visão em relação à sala de reforço é de representar uma tentativa de intervenção nas séries elementares do 1º grau, de melhorar o padrão de desempenho dos alunos. Logo, cumprem ali o seu papel e o horário regular diário. Então, determinados alunos que apresentam rendimento mais baixo retornam à escola em períodos adicionais para aulas de “reforço ou recuperação” (p.84).

Compreende-se, pois que é preciso que os professores sempre procurem informações sobre a natureza da dificuldade do aluno e que sejam estimulados a desenvolver estratégias pedagógicas diferenciadas que favoreçam sua aprendizagem, minimizando os pontos negativos da dificuldade do aluno no ambiente escolar.

BLOCO 02- As condições de trabalho oferecidas pela rede de educação

A sala de recursos hoje se apresenta como um instrumento que vem para enriquecer o ambiente escolar, pois como uma ferramenta para inclusão se torna imprescindível para o sucesso do processo de aprendizagem dos estudantes que necessitam de respostas educacionais adequadas, que se realizem graduais e progressivas adaptações do currículo, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos estudantes com necessidades especiais (MEC, 2002).

A sala de recursos foi fundamental de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96. O objetivo essencial é trabalhar com alunos que apresentam, conforme já dito, deficiência intelectual, física, altas habilidades/superdotação, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, de forma a apoiar, complementar ou suplementar o processo de apropriação de conhecimentos.

De acordo com a pesquisa, os professores acham importante esse atendimento aos alunos que apresentam transtorno no comportamento, ou seja, TDAH. Relatam que é uma forma de ajudá-los a ter mais atenção, conversar com a criança é um processo que facilita tanto a vida dos professores como o da família. Fonseca conclui que os

professores assim, como as escolas devem trabalhar com competência e dedicação (revendo seus métodos de ensino e adaptando-os quando necessário), para atraírem os alunos para a escola, onde terão a oportunidade de aprender a ler e escrever. E também a melhorar as estatísticas quanto ao fracasso escolar, embora, não podemos negar que independente do tipo de escola ou sala de aula há alunos que realmente, apresentam dificuldades de aprendizagem e devem ser diagnosticado e tratado devidamente por um profissional competente e ter o apoio do professor e da família. Então as formas diferentes, em que o aluno se inserido depende de uma programação e de recursos satisfatórios para sua aprendizagem.

Em relação ao ambiente a maioria diz que é satisfatório, outros já não concordam porque acham o espaço muito reduzido devido à demanda que atendem diariamente. Todos esperam que a questão do ambiente melhore, pois querem receber mais apoio das autoridades competentes, se sentem apoiados dentro do ambiente escolar só que esse apoio não é suficiente. Um dos professores relatou a questão do apoio da família no desenvolvimento de seu trabalho, afirmando a necessidade de se buscar aceitação e credibilidade.

BLOCO 03- Analisando o público atendido pela sala de recursos

Atualmente existem as salas de recursos que são sobrecarregadas com um atendimento, que está além da demanda que permitida. Muitos professores e pais buscam esse apoio para garantir o desenvolvimento do aluno no ambiente da escola como em casa. O trabalho na Sala de Recursos deve ser complementado com orientação aos professores do Ensino regular juntamente com a equipe pedagógica, nas adaptações curriculares, avaliações e metodologias que serão utilizadas pelos professores. O que contraria as recomendações para esse atendimento. De acordo com as orientações o professor da Sala de Recursos deve atender de forma individual o aluno com Deficiência Mental/Intelectual e/ou Transtornos Funcionais Específicos, com ênfase à complementação do trabalho do professor das disciplinas e deve realizar a avaliação do aluno que apresenta necessidades especiais no contexto escolar (PARANÁ, 2008). Segundo o professor Silveira Bueno, estamos longe de alcançar níveis qualitativos mínimos para a consecução de uma educação inclusiva. Não por “genérica falta de

condições”, mas por absoluta falta de vontade política, tanto por parte dos órgãos governamentais como pelas instituições de formação, em especial as universidades (BUENO, 1990).

BLOCO 04

PERGUNTAS	CONCORDAM	NÃO CONCORDAM
Os professores estão capacitados para função de atendimento especializado	Onze professores	Três professores
Em relação a infra-estrutura é adequada	Sete professores	Sete professores
A estrutura político-organizacional favorece o desenvolvimento do seu trabalho- Um professor concorda em parte	Nove professores	quatro professores
Adequação entre o espaço (tempo disponível e o número de alunos atendidos) Dois professores concordam em parte	Onze professores	Um professor
Você recebe apoio para realizar seu trabalho Um professor as vezes	Treze professores	
Na sala de recursos da SEDF, foi atendido alunos com necessidades educacionais especiais fora da demanda	Quatorze professores	
Para os alunos de TDAH é importante a inclusa em relação ao seu aprendizado, socialização e inclusão	Quatorze professores	

Tabela 2. Levantamento de opiniões

Os respondentes, quando questionados a respeito de novas orientações legais que retiram do ensino fundamental, o atendimento educacional especializado aos alunos com TDAH, a respeito de contradições entre a legislação e as orientações da Secretaria de Educação do DF, no que se refere atendimento especializado, pois ambos pensam na questão do aluno. Agora que a partir do momento que há cumprimento das obrigações e um deixa de realizar com certeza gera uma exclusão do aluno em um ambiente interativo e participativo.

De acordo com os professores respondentes, há necessidade de ação familiar mais ativa e participativa. Além disso, entendem que é necessário o complemento de um atendimento de um profissional da área da saúde competente para esta acompanhando esse aluno nos diversos processos de ensino. E que os suportes que são oferecidos

deveriam ser oferecidos a todas as escolas e também os professores deveriam receber suporte e preparação de forma contínua.

Sobre o público atendido em sala de recursos foi verificado que todos atendem os deficientes físicos, intelectuais e TGD, onde dois professores apenas atende os alunos com TDAH. Verificou-se ainda que apenas três professores, não atendem alunos com TDAH, sendo que os que atenderam relataram que o desempenho do aluno foi bastante proveitoso sendo notado esse rendimento pela escola e pelos professores regentes da classe regular. Relataram também que esse atendimento deveria contemplar essa demanda, pois acreditam que essa ação é um ato de inclusão mesmo que esse aluno não seja classificado como deficiente. Pois acreditam que eles necessitam de algum atendimento devido às problemáticas que ele causa na escola sendo a sala de recursos um lugar onde ele poderá ser acompanhado de perto tendo em vista que o professor regente poderá ser favorecido por esse atendimento. Discorreram também que diante das novas orientações legais que deixam os TDAHs sem contemplação ao atendimento de sala de recursos bem como não foi oferecido nenhum suporte a esse público que fossem criadas mais salas de recursos ou outros meios que venha ao encontro as suas necessidades.

Tradicionalmente, a educação especial tem sido concebida como destinada apenas ao atendimento de alunos que apresentam deficiências (mental, visual, auditiva, física/ motora e múltiplos); condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, bem como de alunos que apresentam altas habilidades/superdotação. Com isso a um compromisso com uma nova abordagem que tem como horizonte a inclusão. Com isso a ação da educação especial amplia-se, passando a abranger não apenas as dificuldades de aprendizagem relacionadas a condições, disfunções, limitações, e deficiências, mas também aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica, considerando que, por dificuldades cognitivas, psicomotoras e de comportamento, alunos são frequentemente negligenciados ou mesmo excluídos dos apoios escolares.

Com isso, entende-se que todo e qualquer aluno pode apresentar, ao longo de sua aprendizagem, alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente e com isso através da inclusão escolar de modo que todos os alunos, independentemente de classe, raça, gênero, sexo, características individuais ou necessidades educacionais

especiais, possam aprender juntos em uma escola de qualidade. Então a política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educando, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas bem como desenvolver potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. O respeito e a valorização da diversidade dos alunos exigem que a escola defina sua responsabilidade no estabelecimento de relações que possibilitem a criação de espaços inclusivos, bem como procure superar a produção, pela própria escola, de necessidades especiais.

Sobre as Necessidades Educacionais Especiais, os PCNS preconizam a atenção à diversidade da comunidade escolar e baseiam-se no pressuposto de que a realização de adaptações curriculares pode atender a necessidades particulares de aprendizagem dos alunos. A expressão necessidades educacionais especiais. A perspectiva de educação para todos constitui um grande desafio, quando a realidade aponta para uma numerosa parcela de excluídos do sistema educacional sem possibilidade de acesso à escolarização, apesar dos esforços empreendidos para a universalização do ensino. A escola que se espera para o século XXI tem compromisso não apenas com a produção e a difusão do saber culturalmente construído, mas com a formação de cidadão crítico, participativo e criativo para fazer face às demandas cada vez mais complexas da sociedade moderna.

De acordo com a tabela 3, que demonstra justamente a questão da capacitação, necessidades de um atendimento especializado, infra-estrutura, o desenvolvimento do trabalho docente, apoio podemos destacar pontos importantes dentro do ensino fundamental como:

- - A inovação do ensino fundamental, com a inclusão escolar dos portadores de necessidades especiais;
- - Dificuldade e perplexidade diante da inclusão, especialmente quando o aluno é inserido com deficiência;
- - Com o perfil da organização da escola, ou seja, os alunos estão enturmadados por séries, o currículo é organizado por disciplinas e o conteúdo é selecionado pelas coordenações pedagógicas, pelos livros didáticos, enfim, que define os saberes úteis e a sequência em que devem ser ensinados, na escola. Então com esse

perfil, podemos imaginar o impacto da inclusão na maioria das escolas, especialmente quando se entendem que incluir é não deixar ninguém de fora da escola regular, ou seja, ensinar a todas as crianças indistintamente.

Logo, todos os docentes têm conhecimento em relação à declaração dos Direitos Humanos, que visa assegurar o direito de todos à Educação pública, gratuita. A criação dos serviços de educação especial e classes especiais em escolas públicas no Brasil. Com a LDB nº 4.024/61 veio integrar no sistema geral de ensino a educação de excepcionais, como eram chamadas na época as pessoas com deficiência.

A política educacional brasileira tem como a democratização mediante a expansão do ensino com oportunidade de acesso das minorias à escola pública. No âmbito da educação, a democratização de ensino traz consigo o conceito de educação como direito social, passando para uma abordagem social e cultural. Os desafios que nos cerca com a educação inclusiva no Brasil, torna-se um desafio, pois nesse processo a uma grande problemática com o tradicional e as novas tendências pedagógicas que temos que cumprir. Hoje temos que parti para uma nova reflexão sobre o ensino, pois haverá nesse processo adaptação da inclusão de pessoas que serão inseridos na escola e que apresentam determinado grau de deficiência.

Os espaços sociais, entre educadores, familiares e dirigentes, ou seja, os diversos setores da sociedade deveriam se adequar e modificar seu ambiente de trabalho, pois haverá nesse processo uma ajuda mútua, onde o aluno com necessidades educacionais especiais se sentirá aceito e adaptado em seu ambiente. Mas a educação dessas pessoas tem se tornado um objeto das inquietações, pois alguns setores como saúde, assistências sociais e educação, observam que a inclusão escolar dessas pessoas se tornaria inviáveis, pois a estrutura de algumas escolas não está pronta para atender esses alunos. E até mesmo a qualificação de profissionais não são adequados para atender essa demanda.

Hoje a educação inclusiva é foco de preocupação para as autoridades, pois observam a cobrança da sociedade. Os quais procuram adequar esse processo de forma simples, onde apenas insere os alunos em uma sala de aula como fator comum. É necessário um ambiente propício ao seu desenvolvimento, porém não é o que geralmente acontece. No papel muita coisa muda, proposta pedagógica, conteúdos, temas transversais, porém a prática não condiz com o que é proposto. Existem muitas

contradições em todo esse processo, pois há muitos fatores que ainda não correspondem com a nossa realidade educacional.

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou compreender o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade dentro da escola, tendo como participantes do estudo os professores que atuam em Sala de Recursos, pois acredita serem os multiplicadores imediatos do processo de inclusão dentro de uma instituição escolar. O instrumento utilizado na construção deste trabalho foi um questionário contendo perguntas subjetivas, onde os sujeitos participantes tiveram que se manifestar com respostas específicas para cada uma das questões, para esclarecimento e para que cada professor pudesse expressar o seu conhecimento, o questionário aberto foi composto por vinte e duas questões, com o objetivo de identificar a percepção dos professores de sala de recursos sobre as leis vigentes que deixam de fora do seu atendimento alunos com TDAH, identificar quais as considerações que o professor de sala de recursos acreditam ser relevantes para que o aluno com o TDAH tenha um atendimento que lhe favoreça nesta estada na escola.

Por meio do estudo foi possível perceber que os professores de Sala de Recursos, na maioria dos casos, conhecem a necessidade que o aluno apresenta, mesmo que este aluno não seja considerado como prioritário para atendimento na Sala de Recursos, como é o caso do aluno com TDAH. O grupo de professores que teve a oportunidade de trabalhar com esse alunado, garante que foi muito importante esse atendimento para o desenvolvimento do aluno.

Como resultados gerais o estudo indica que, na perspectiva dos professores, a escola e a família, trabalhando juntas com o aluno com TDAH, auxiliando no seu tratamento, na sua socialização, amenizam bastante os sintomas, proporcionando ao portador de TDAH uma vida mais tranquila. Desse modo, faz-se necessário que o processo ensino aprendizagem do aluno com TDAH seja marcado de ações que venha favorecê-lo de forma satisfatória.

Finalizamos este estudo, ressaltando que a inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos em um ambiente educacional. Tomamos consciência também da importância de um atendimento

sistematizado para o aluno com TDAH a partir da visão do professor de sala de recursos.

Todas as questões levantadas nesta pesquisa foca salientar sobre a negligência cometida com os alunos com TDAH, por parte de um sistema conivente com o fracasso acadêmico desse aluno da comunidade escolar que se exime da responsabilidade de tratar esse aluno como parte da escola não como um caso a parte que não lhe compete a ela seu sucesso escolar. Estas e outras questões são motivadas por novas orientações legais, como é o caso da resolução de 2009 que classifica o público a ser atendido em sala de recursos, significando a proibição desse atendimento ao aluno com TDAH dentre outros. Cabendo a cada um fazer o que acredita ser inclusão, obedecendo ou não atos de exclusão, pois necessidade educacional é entendida como momentânea ou permanente. Sendo assim o aluno hiperativo tem uma necessidade.

Enquanto não se criam novos meios de atender as necessidades deste aluno, ad equações curriculares precisam ser realizadas para amenizar pelo menos alguns dos problemas apresentados por esse aluno em sala de aula.

Assim como seu diagnóstico necessita de vários profissionais para ser fechado, um atendimento a esse público merece um centro de referencia com profissionais de saúde e educação trabalhando juntos. São eles fonoaudiólogo, psiquiatra, neurologista, psicopedagogo, pedagogo. Essa é uma necessidade real para que esse público seja de fato atendido.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Cristina Abranches Mota, Educação Inclusiva, Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental . Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BROWN, Thomas E. , Transtorno de déficit de atenção: a mente desfocada em crianças e adultos; trad. Hélio Magri Filho. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CASTRO, Chary A. Alba; NASCIMENTO, Luciana. TDAH- Inclusão nas Escolas. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda. , 2009.

GARFINKEL, Barry D.; CARSON, Gabrielle A.; WELLER, Elizabete B. Transtornos psiquiátricos na infância e adolescência. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992, 470p.

GDF, Educação Especial, Orientação Pedagógica. Brasília: 2010.

GDF, Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, Orientação Pedagógica. Brasília: 2010.

GREVET, H. G. ROHDE, L.A. Diretrizes e algoritmo para o tratamento do Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade na Infância, Adolescência e idade adulta. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/psiq/Algoritmo%20%20TDAH.pdf> . Acesso em: 20 set. 2008.

MATTOS, Paulo. No Mundo da Lua. 9ª Ed. São Paulo: Casa leitura Médica, 2010.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

Mattos P, Segenreich D, Saboya E, Louzã M, Dias G, Romano M. Adaptação Transcultural para o Português da Escala Adult Self-Report Scale (ASRS-18, versão 1.1) para avaliação de sintomas do Transtorno de Déficit de Atenção / Hiperatividade (TDAH) em adultos. Revista Brasileira de Psiquiatria (in press).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados com a saúde da CID-10. São Paulo: Edusp, 1995.

PETRY, A. Hiperatividade: Características e procedimentos básicos para amenizar as dificuldades. Professor, Porto Alegre. Abril, p.47-48, juh/set, 1999.

ROHDE, Luis augusto, Mattos Paulo & Cols. Princípios e Práticas em TDAH: Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ROUDINESCO, Elisabeth. Por que a psicanálise?, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1991.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa, Mentas inquietas. Ed. Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Objetiva Ltda., 2009.

APÊNDICES

Caro(a) Participante,

Sou professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal (DF). Estou desenvolvendo uma pesquisa como requisito para obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. O objetivo mais amplo é colaborar para um melhor entendimento do processo de inclusão escolar de alunos com Necessidades Educativas Especiais na rede pública do DF. Dessa forma, solicito sua colaboração respondendo a esse questionário. Ressalto que você não precisa se identificar. Sua identidade será preservada.

Agradeço sua colaboração!

QUESTIONÁRIO

- 1- Idade: _____
- 2- Sexo: () Feminino () Masculino
- 3- Formação _____
- 4- Já fez algum curso de formação na área de Ensino Especial? Se já fez, qual foi o curso/área?

- 5- Tem alguma experiência no Ensino Especial?

- 6- Quanto tempo atua em Sala de Recursos? _____
- 7- Qual o público alvo atendido na sua Sala de Recursos?

- 8- Você considera que há outro(s) tipo(s) de aluno com necessidade educacional especial que deveria(m) ser atendido(s) em Salas de Recursos? Por quê?

- 9- Você considera que, de forma geral, os profissionais estão capacitados para as funções que exercem no atendimento especializado?

- 10- Quanto à infra-estrutura, você considera o espaço disponibilizado para atendimento adequado? Justifique.

- 11- A estrutura político-organizacional da sala de recursos favorece o desenvolvimento de seu trabalho? Por quê?

- 12- Há adequação entre o espaço/tempo disponível e o número de alunos atendidos? Por quê?

- 13- Você recebe apoio para realizar seu trabalho? Por quê?

- 14- Se pudesse mudar alguma coisa no atendimento educacional especializado, o que você mudaria?

15- Você já atendeu alunos com outras necessidades educacionais especiais em Sala de Recursos na Secretaria de Educação do Distrito Federal fora de sua demanda atual? Quais?

16- Você acredita que o atendimento oferecido a essa segunda demanda foi ou é importante para o aluno no que se refere ao seu aprendizado, socialização e inclusão? Por quê?

17- Você já atendeu alunos com Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade? No seu ponto de vista, qual a importância do seu atendimento na vida escolar desse aluno?

18- Você tem conhecimento das novas orientações legais que retiram do Ensino Fundamental (séries finais), o atendimento educacional especializado aos alunos com Transtorno Déficit de Atenção com Hiperatividade? O que você acha disso?

19- Com base nessa nova resolução, você considera que há algum problema ou contradição entre a legislação em vigor e as novas orientações do MEC DF no que se refere ao direito de atendimento educacional especializado? Por quê?

- 20- No seu ponto de vista, a falta de atendimento educacional especializado aos alunos com Transtorno Déficit de Atenção/ Hiperatividade pode ser considerado um ato de exclusão? Justifique.

- 21- Qual alternativa você, enquanto professor da Sala de Recursos, sugeriria para que o aluno com Transtorno Déficit de Atenção/Hiperatividade prioritariamente, bem como outros que não tem atendimento pudessem ser atendidos adequadamente em suas necessidades no âmbito escolar?

- 22- Você considera que os suportes oferecidos pela Secretaria de Educação para alunos com Necessidades Educativas Especiais são suficientes? Por quê?

B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Professores,

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre A visão do professor na sala de recurso com relação a exclusão do atendimento educacional especializado aos alunos com Transtorno Deficit de Atenção/Hiperatividade do D.F. no ensino fundamental em séries finais. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa questionários das situações cotidianas e rotineiras da escola, próprias das NEEs, INCLUSAÕ, ETC e, Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar endereço eletrônico alineb79@gmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar UAB – UnB

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____